

DECRETO Nº 19.937, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018.

Altera o art. 1º, os incs. IV e V do art. 2º, os §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 6º do art. 3º, os incs. IV, VIII, IX, X e XI do *caput* e os §§ 7º e 9º do art. 4º, o Parágrafo Único do art. 6º, o § 2º do art. 7º, o Parágrafo Único do art. 8º, o *caput* do art. 9º, o *caput*, os incs. I e II do *caput* e o § 2º do art. 10, o art. 12 e os Anexos I, II, V e VI e insere o inc. VI no art. 2º e os §§ 16 e 17 no art. 4º no Decreto nº 19.635, de 29 de dezembro de 2016, que Regulamenta o artigo 2º da Lei nº 7.958, de 8 de janeiro de 1997, alterada pela Lei Municipal nº 8.023, de 24 de julho de 1997, disciplinando o processo de revisão tarifária do transporte coletivo por ônibus, estabelecido no Edital de Concorrência Pública nº 1/2015 e seus anexos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições legais, e nos termos do artigo 2º da Lei nº 7.958, de 8 de janeiro de 1997, alterada pela Lei nº 8.023, de 24 de julho de 1997, e nos termos do disposto no Edital de Concorrência Pública nº 1/2015 e seus anexos,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 19.635, de 29 de dezembro de 2016, conforme segue:

“Art. 1º A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (SMIM) e a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) realizarão os levantamentos técnicos previstos na Planilha de Cálculo Tarifário definida neste Decreto e no Edital de Concorrência Pública nº 1/2015, visando à aferição do custo operacional do Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus do Município de Porto Alegre e à apuração da tarifa a ser fixada pelo Executivo.”
(NR)

Art. 2º Ficam alterados os incs. IV e V e incluído o inc. VI no art. 2º do Decreto nº 19.635, de 2016, conforme segue:

“Art. 2º

.....

IV – custo de gestão da câmara de compensação tarifária;

V – contribuição sobre o valor da receita bruta;

VI – custo Total, compreendendo o somatório dos custos variáveis, dos custos fixos, do custo de remuneração do serviço, do custo de gestão da câmara de compensação tarifária e da contribuição sobre o valor da receita bruta.” (NR)

Art. 3º Ficam alterados os §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 6º do art. 3º do Decreto nº 19.635, de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

§ 1º Os coeficientes de consumo de combustível, em litros por quilômetro, estabelecidos por categoria de veículos utilizados na frota são apresentados no anexo I deste Decreto.

§ 2º Os coeficientes de consumo de combustível são obtidos por meio de levantamentos de campo das empresas operadoras apresentados à SMIM e à EPTC.

§ 3º O coeficiente de consumo de ARLA, cuja medição corresponde à relação entre a despesa com este insumo pela despesa com combustível, corresponde a 0,0033 (trinta e três décimos de milésimo), conforme dados contábeis enviados pelas empresas operadoras, e seu custo por quilômetro será definido pela multiplicação do custo por quilômetro do combustível e do coeficiente de consumo de ARLA.

§ 4º O coeficiente de consumo de óleos/lubrificantes, cuja medição corresponde à relação entre a despesa com este insumo pela despesa com combustível, corresponde a 0,0192 (cento e noventa e dois décimos de milésimo), conforme dados contábeis enviados pelas empresas operadoras, e seu custo por quilômetro será definido pela multiplicação do custo por quilômetro do combustível e do coeficiente de consumo de óleos/lubrificantes.

.....

§ 6º A vida útil dos pneus, já consideradas eventuais recapagens, fica estabelecida em 166.880 km (cento e sessenta e seis mil e oitocentos e oitenta quilômetros), conforme média apurada nos levantamentos de campo das empresas operadoras apresentados à SMIM e à EPTC.

.....” (NR)

Art. 4º Ficam alterados os incs. IV, VIII, IX, X e XI do *caput* e os §§ 7º e 9º e inseridos os §§ 16 e 17 no art. 4º do Decreto nº 19.635, de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º
.....

IV – o valor residual dos veículos que compõem a frota, correspondente a 8% (oito por cento) do valor do veículo novo, conforme demonstrações contábeis das empresas operadoras enviados à SMIM e EPTC;
.....

VIII – o coeficiente de consumo de peças e acessórios, calculado por meio dos balancetes contábeis mensais das empresas operadoras, que observa o Plano Padrão de Contas criado pela SMIM e EPTC, corresponde a 0,0062 (sessenta e dois décimos de milésimo). Esse coeficiente é obtido através da relação entre a despesa deste insumo por veículo pelo valor do veículo;

IX – as despesas com pessoal correspondem ao somatório das despesas com pessoal de operação (motoristas, cobradores e fiscais), manutenção e administração, incluindo seus fatores de utilização, os encargos sociais, o fator de correção do quinquênio, as despesas com vale-refeição e as despesas com o plano de saúde dos rodoviários.

X – o fator de utilização de pessoal de manutenção e de administração, cuja medição é realizada através da relação entre a despesa com este pessoal pela despesa com pessoal de operação, correspondem, respectivamente, a 0,1305 (um mil trezentos e cinco décimos de milésimo) e 0,0915 (novecentos e quinze décimos de milésimo), é calculado pela SMIM e pela EPTC, com base nos balancetes contábeis mensais das empresas operadoras; e

XI – as despesas administrativas correspondem aos honorários da administração, aos valores dos seguros (DPVAT e seguro passageiro) e as despesas não operacionais (outras despesas).
.....

§ 7º O fator de correção do quinquênio, cujo valor corresponde a 5,90% (cinco inteiros e noventa centésimos por cento), refere-se ao Adicional por Tempo de Serviço - Quinquênio, gratificação por tempo de serviço que segundo o Acordo Coletivo da Categoria dos Rodoviários corresponde a 3% (três por cento) do salário base para cada 5 (cinco) anos de efetivo serviço do empregado, cujo valor deve ser atualizado anualmente com base no quadro de funcionários ativos enviado pelas empresas operadoras.
.....

§ 9º O fator de utilização de motoristas e cobradores (FU) observará a metodologia disposta no anexo IV deste decreto.

.....

§ 16. O fator de utilização de fiscais, cuja medição corresponde a relação entre o número de fiscais e a frota operacional, corresponderá a 0,2013 (dois mil e treze décimos de milésimo), sendo que a despesa com pessoal de operação deverá ser ponderada pelo PMut operacional.

§ 17. O coeficiente de consumo de outras despesas, tais como energia elétrica, água e esgoto, telefone, locação de equipamentos e materiais de consumo, dentre outras, previstas no inc. XI deste artigo, cujo valor equivale a 0,0038 (trinta e oito décimos de milésimo), deverá ter o seu custo por quilômetro calculado pela multiplicação do seu coeficiente pelo preço do veículo híbrido dividido pelo PMut operacional, sendo que esse coeficiente é obtido pela relação entre a despesa com este insumo por veículo pelo valor do veículo.

.....” (NR)

Art. 5º Fica alterado o parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 19.635, de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A SMIM e a EPTC poderão, a qualquer momento, excluir frota dos operadores a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro do Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus.” (NR)

Art. 6º Fica alterado o § 2º do art. 7º do Decreto nº 19.635, de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

.....

§ 2º Para determinação da frota operante deverá ser utilizada a frota resultante em operação de um dia útil típico com maior Índice de Cumprimento de Viagens (ICV), observada durante a operação realizada com as tabelas de inverno (março a dezembro), e a partir disso, analisa-se a frota operante dos períodos de pico da manhã e da tarde, utilizando-se aquela que apresentar o maior número de veículos.” (NR)

.....” (NR)

Art. 7º Fica alterado o parágrafo único do art. 8º do Decreto nº 19.635, de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

Parágrafo único. Passageiro Equivalente (PE) é o número de passageiros nos dias úteis, sábados, domingos e feriados, obtido no Relatório de Acompanhamento de Demanda da SMIM e da EPTC, em uma unidade de tempo, levando-se em consideração as tarifas pagas integralmente e as tarifas pagas com descontos.” (NR)

Art. 8º Fica alterado o *caput* do art. 9º do Decreto nº 19.635, de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º Os Custos de Remuneração do Serviço (CRS), cuja alíquota foi fixada no Edital de Concorrência Pública nº 1/2015 em 7,24% (sete inteiros e vinte e quatro centésimos por cento), deverá ser multiplicada ao somatório dos custos variáveis, das despesas com peças e acessórios, das despesas com pessoal e das despesas administrativas, conforme fórmula abaixo, onde o custo por quilômetro resultante deste cálculo deverá ser somado aos custos variáveis e fixos, resultando no custo total antes do Custo de Gestão da Câmara de Compensação Tarifária e da Contribuição Sobre a Receita Bruta.

$$\text{Custo Remuneração do Serviço} = \sum_{i=m}^n C_i \times TRF$$

.....” (NR)

Art. 9º Ficam alterados o *caput*, os incs. I e II e o § 2º do art. 10 do Decreto nº 19.635, de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. O Custo de Gestão da Câmara de Compensação Tarifária (CCT) e a Contribuição Sobre a Receita Bruta, denominados parcela “T” e incidentes no cálculo tarifário observam a legislação especificada abaixo:

I – o Custo de Gestão da CCT, conforme disposição do § 3º do art. 32 da Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998, correspondente atualmente a 3% (três por cento);

II– a Contribuição Sobre a Receita Bruta referente à Desoneração da Folha de Pagamento, conforme disposição da Lei Federal nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, correspondente atualmente a 2% (dois por cento).

.....

§ 2º Na fórmula apresentada no § 1º deste artigo entende-se por “T” o somatório das alíquotas, em valores decimais, do Custo de Gestão da CCT e da Contribuição Sobre a Receita Bruta, que correspondem atualmente a 5% (cinco por cento).

.....” (NR)

Art. 10. Fica alterado o *caput* do art. 12 do Decreto nº 19.635, de 2016, que passa

a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. Os operadores do Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus do Município de Porto Alegre que não encaminharem os elementos necessários para o cálculo tarifário no prazo estabelecido pela SMIM e pela EPTC não terão tais elementos computados para fins do referido cálculo.” (NR)

Art. 11. Fica alterado o Anexo I, Coeficiente de Consumo de Combustível por Categoria de Veículo, do Decreto nº 19.635, de 2016, conforme Anexo I deste Decreto, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12. Fica alterado o Anexo II, Fatores de depreciação e remuneração pelo Método de Cole, do Decreto nº 19.635, de 2016, conforme Anexo II deste Decreto, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13. Fica alterado o Anexo V, Coleta de Preços dos Insumos que Compõe a Planilha de Cálculo Tarifário, do Decreto nº 19.635, de 2016, conforme Anexo III deste Decreto, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. Fica alterado o Anexo VI, Resumo da Planilha de Cálculo Tarifário, do Decreto nº 19.635, de 2016, conforme Anexo IV deste Decreto, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 8 de fevereiro de 2018.

Nelson Marchezan Júnior,
Prefeito de Porto Alegre.

Registre-se e publique-se.

Eunice Nequete,
Procuradora-Geral do Município.

ANEXO I

Coefficiente de Consumo de Combustível por Categoria de Veículo

| Categoria | Tipo de Veículo | Posição do Motor | Ar | Câmbio | Coeficiente (l/km) |
|-----------|-----------------|------------------|--------------|------------|--------------------|
| | | | Condicionado | Automático | |
| 1 | LEVE (MICRO) | DIANTEIRO | SEM | SEM | 0,2688 |
| 2 | LEVE | TRASEIRO | SEM | SEM | 0,3608 |
| 3 | PESADO | DIANTEIRO | SEM | SEM | 0,3968 |
| 4 | PESADO | DIANTEIRO | COM | SEM | 0,4468 |
| 5 | PESADO | TRASEIRO | SEM | SEM | 0,4563 |
| 6 | PESADO | TRASEIRO | COM | SEM | 0,4898 |
| 7 | PESADO | TRASEIRO | SEM | COM | 0,5261 |
| 8 | PESADO | TRASEIRO | COM | COM | 0,5455 |
| 9 | TRUCADO | DIANTEIRO | SEM | SEM | 0,4303 |
| 10 | ESPECIAL | DIANTEIRO | SEM | SEM | 0,5177 |
| 11 | ESPECIAL | CENTRAL | COM | COM | 0,7457 |
| 12 | ESPECIAL | CENTRAL | SEM | COM | 0,7043 |
| 13 | ESPECIAL | TRASEIRO | COM | COM | 0,7180 |
| 14 | ESPECIAL | TRASEIRO | SEM | COM | 0,6310 |

ANEXO II

Fatores de depreciação e de remuneração pelo Método de Cole¹

| Ano inicial | Ano final | N | Vida útil acumulada | Fatores de depreciação | Fatores de remuneração |
|-------------|-----------|-----------|---------------------|--------------------------|--|
| 0 | 1 | 10 | 0 | $(1-8/100) \times 10/55$ | $\{1-(1-8/100) \times 0/55\} \times \text{TRV}/100$ |
| 1 | 2 | 9 | 10 | $(1-8/100) \times 9/55$ | $\{1-(1-8/100) \times 10/55\} \times \text{TRV}/100$ |
| 2 | 3 | 8 | 19 | $(1-8/100) \times 8/55$ | $\{1-(1-8/100) \times 19/55\} \times \text{TRV}/100$ |
| 3 | 4 | 7 | 27 | $(1-8/100) \times 7/55$ | $\{1-(1-8/100) \times 27/55\} \times \text{TRV}/100$ |
| 4 | 5 | 6 | 34 | $(1-8/100) \times 6/55$ | $\{1-(1-8/100) \times 34/55\} \times \text{TRV}/100$ |
| 5 | 6 | 5 | 40 | $(1-8/100) \times 5/55$ | $\{1-(1-8/100) \times 40/55\} \times \text{TRV}/100$ |
| 6 | 7 | 4 | 45 | $(1-8/100) \times 4/55$ | $\{1-(1-8/100) \times 45/55\} \times \text{TRV}/100$ |
| 7 | 8 | 3 | 49 | $(1-8/100) \times 3/55$ | $\{1-(1-8/100) \times 49/55\} \times \text{TRV}/100$ |
| 8 | 9 | 2 | 52 | $(1-8/100) \times 2/55$ | $\{1-(1-8/100) \times 52/55\} \times \text{TRV}/100$ |
| 9 | 10 | 1 | 54 | $(1-8/100) \times 1/55$ | $\{1-(1-8/100) \times 54/55\} \times \text{TRV}/100$ |
| 10 | 11 | 0 | 55 | $(1-8/100) \times 0/55$ | $\{1-(1-8/100) \times 55/55\} \times \text{TRV}/100$ |
| Σ | | 55 | | | |

TRV: Taxa de Remuneração Variável de Capital, correspondente ao INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acumulado nos doze meses do ano base do cálculo da tarifa.

¹ Método de Cole: consiste em dividir o total da depreciação em frações tais que, o numerador expresse os períodos que faltam para o final da vida útil do bem, e o denominador represente o somatório dos períodos. No caso, as frações representam as faixas ano, e a frota alocada em cada uma delas deve levar em conta o ano de fabricação e/ou a data do primeiro emplacamento do veículo, desde que esta última não ultrapasse a 6 (seis) meses do ano de fabricação.

ANEXO III

COLETA DE PREÇOS DOS INSUMOS QUE COMPÕE A PLANILHA DE CÁLCULO TARIFÁRIO

1 - Combustível

O preço do litro do combustível será obtido a partir do levantamento de preços praticados em Porto Alegre, realizado por meio de pesquisa da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com referência ao preço médio da distribuidora constante no relatório Base Semanal. O preço do litro do combustível considerado corresponderá ao valor disponível na ANP na data de solicitação de reajuste tarifário pelo SEOPA.

2 - Pneus e recapagens

O preço dos pneus e das recapagens será obtido a partir das notas fiscais de compras das empresas operadoras, realizadas durante o mês de dezembro do ano base do cálculo tarifário, adotando-se, para fins de cálculo, o preço médio ponderado. Devem ser excluídas do cálculo do preço médio ponderado as notas fiscais do mesmo modelo de pneu que extrapolarem a média mais/menos um desvio padrão. Para determinação do preço médio ponderado do serviço de recapagem devem ser excluídas as notas dos serviços que extrapolarem a média mais/menos um desvio padrão dentro do mesmo lote. Após tal operação será realizado o cálculo do preço médio ponderado do serviço de recapagem utilizando-se as notas fiscais restantes.

3 - Salários dos rodoviários

Os valores dos salários de motoristas, cobradores e fiscais, assim como do Plano de Saúde dos Rodoviários e do vale-refeição, serão obtidos a partir da Convenção Coletiva de Trabalho, encaminhada pelo Sindicato das Empresas de Ônibus de Porto Alegre (SEOPA).

4 - Seguros

Os valores dos seguros DPVAT e passageiro serão obtidos, respectivamente no portal da empresa administradora deste seguro e na apólice enviada pelas empresas operadoras.

5 - Chassis, carrocerias e ar condicionado

O valor do veículo híbrido será calculado por meio das notas fiscais de compras de chassis e carrocerias, adquiridas pelas empresas operadoras nos últimos doze meses que antecederem ao reajuste tarifário. O cálculo do valor do veículo híbrido deverá observar o seguinte:

Se ocorrer renovação de frota no ano base do cálculo, deve-se adotar primeiro a média dos preços de Notas Fiscais dos modelos de famílias de frota substituídos e/ou adquiridos. A partir daí, os preços serão reajustados pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), da

Fundação Getúlio Vargas (FGV), pro rata, desde a data da compra do chassi e da carroceria até o mês de dezembro.

Se não ocorrer renovação de frota no ano base do cálculo, os preços dos chassis e das carrocerias serão atualizados considerando-se 12 (doze) meses de correção pelo IGP-M, com base nos preços da última tarifa.

No caso do valor do ar condicionado, o cálculo será realizado considerando-se a diferença entre o preço médio da carroceria do veículo do tipo pesado e do tipo especial, respectivamente com e sem ar condicionado. Aos valores do ar condicionado do veículo do tipo pesado e do tipo especial, obtidos por essa metodologia, deve ser acrescido o IGP-M pro rata, desde a data da compra da carroceria, até o mês de dezembro do ano base do cálculo tarifário. Caso não tenha ocorrido renovação de frota no ano base do cálculo, o preço do ar condicionado será atualizado considerando-se 12 (doze) meses de correção pelo IGP-M, com base nos preços da última tarifa.

ANEXO IV

RESUMO DA PLANILHA DE CÁLCULO TARIFÁRIO

| ITENS DE CUSTO | CUSTO KM |
|--|----------|
| CUSTOS VARIÁVEIS | |
| Combustível | |
| ARLA | |
| Óleos & Lubrificantes | |
| Rodagem | |
| CUSTOS FIXOS | |
| <i>Despesas de capital</i> | |
| Depreciação da frota | |
| Depreciação de edificações, equipamentos e mobiliário de garagem | |
| Depreciação dos veículos de apoio | |
| Remuneração da frota | |
| Remuneração de terrenos, edificações, equipamentos e mobiliário de garagem | |
| Remuneração de almoxarifado | |
| Remuneração dos veículos de apoio | |
| <i>Despesas com peças e acessórios</i> | |
| <i>Despesas com pessoal</i> | |
| Operacional | |
| Manutenção | |
| Administrativo | |
| Plano de Saúde dos Rodoviários | |
| Honorários da administração | |
| <i>Despesas administrativas</i> | |
| Outras Despesas | |
| Seguros (Passageiro e DPVAT) | |
| CUSTOS VARIÁVEIS + CUSTOS FIXOS | |
| CUSTO DE REMUNERAÇÃO DO SERVIÇO | |
| TAXA DE REMUNERAÇÃO DO SERVIÇO | 7,24% |
| SOMATÓRIO DO CUSTO SOBRE OS QUAIS INCIDE A TAXA DE REMUNERAÇÃO DO SERVIÇO | |
| CUSTOS VARIÁVEIS + CUSTOS FIXOS + CUSTO DE REMUNERAÇÃO DO SERVIÇO | |
| CUSTO DE GESTÃO DA CCT – LEI MUNICIPAL 8.133/98 | 3,00% |
| CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA BRUTA – LEI FEDERAL 12.715/12 | 2,00% |
| CUSTO QUILOMETRO TOTAL (R\$/km) | |
| IPK (Passageiro Equivalente / km) | |
| TARIFA TÉCNICA CALCULADA (R\$/PE) | |